



Prefeitura Municipal de Embaúba

CNPJ 65.712.648/0001-36

Tel. (17) 3566-8000

| www.embauba.sp.gov.br

Avenida São Domingos, 26 - Centro - CEP. 15425-000- Embaúba-SP



DECRETO Nº 2516, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

“DISPÕE SOBRE NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS POR MEIO DE EMENDAS PARLAMENTARES (INDIVIDUAIS, DE BANCADA, COMISSÃO OU ESPECIAIS), NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE EMBÁUBA-SP, ESTADO DE SÃO PAULO.”

NERCÍLIO PINHEIRO DA SILVA – Prefeito do Município de Embaúba, Comarca de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência, a rastreabilidade e a correta aplicação dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares;

CONSIDERANDO a necessidade de vedação de utilização de mecanismos que dificultem a identificação do beneficiário final ou que desviem a finalidade do recurso, tais como "contas de passagem" (trampolins financeiros), bem como a necessidade de proibição de saques em espécie ("boca de caixa") e a obrigatoriedade de pagamentos via transferência bancária eletrônica diretamente aos fornecedores ou prestadores de serviços que recebam seus pagamentos com recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares;

DECRETA:

Art. 1º. A execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos por meio de emendas parlamentares (individuais, bancada, comissão ou especiais/Pix) observará, obrigatoriamente, as regras de transparência e rastreabilidade definidas neste Decreto, visando a correta identificação do beneficiário final.

Art. 2º. Fica proibida a utilização de "contas de passagem" ou qualquer mecanismo contábil-financeiro que oculte a origem ou o destino final dos recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares.

Art. 3º. Fica proibido o saque em espécie ("boca de caixa") de recursos financeiros de emendas parlamentares.

Art. 4º. Todos os pagamentos a fornecedores de bens ou serviços, com utilização de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares deverão ser realizados, obrigatoriamente, por meio de transferência bancária eletrônica (DOC/TED/PIX).

Art. 5º. Os recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta exclusivamente para tal fim, preferencialmente em instituição financeira oficial.

Art. 6º. As transferências especiais ("Emendas Pix") devem ser depositadas diretamente em conta específica e vinculada ao objeto acordado, sendo vedada a movimentação para contas correntes genéricas do Município.

Art. 7º. Fica o Setor de Contabilidade e o Setor de Finanças obrigados a realizar a classificação contábil detalhada e individualizada dos recursos de cada emenda, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo.

Art. 8º. A prestação de contas dos recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares deverá conter, obrigatoriamente, os planos de trabalho, notas fiscais, relatórios de execução e a comprovação da transferência eletrônica ao fornecedor final.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município e cumpra-se

Dado e passado no Gabinete do Prefeito Municipal de Embaúba/SP em 10 de fevereiro de 2026.